



ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 1998

Aos vinte e cinco dias do mês de Junho de mil novecentos e noventa e oito reuniu, pelas vinte e uma horas e quinze minutos a Assembleia Municipal de Évora, no Salão Nobre dos Paços do Município, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único - Biblioteca Pública de Évora

Estiveram presentes os membros da Mesa:

Presidente - José Ferreira Nunes Bizarro

1º Secretário - Diamantino José Dias

2º Secretário - António Joaquim G. R. Serrenho

Feita a chamada verificaram-se mais as presenças de: José Simão, Maria da Conceição Couvinha, Acácio Alferes, José Russo, Ricardo Rita, Margarida Félix, Celino Silva, Nuno Monteiro, Carlos Percheiro, Maria Helena Silva, Luís Bettencourt, Carlos Cunha, Carmen Balesteros, Fernando Casqueiro, Maria do Céu Costa, Bernardino Grilo, José Serra, Francisco Rato, Isidro Lobo, Francisco Estevão, José Piteira, João Valverde, Manuel Rico e Maria Gabriela Silva.

Faltaram os Senhores: José Zorrinho, Lino de Carvalho, José Cardoso, Maria do Céu Ramos, Manuel Patrício, Silvino Alhinho, António Foito, Jerónimo Mendes, Estevão Bicho, João Ricardo, Joaquim Trolhas, Miguel Chumbo e João Rodrigues.

O Sr. Presidente explicitou que esta sessão iria ser inteiramente aberta à participação de todos os convidados e de todos os munícipes presentes, contrariamente ao que é habitual, e deu a conhecer que numa reunião anterior foi constituído um grupo de trabalho para acompanhar a situação da Biblioteca Pública de Évora, para além de ter anunciado que todas as forças políticas com assento na A. M. foram convidadas a fazer uma intervenção sobre a matéria.

Posteriormente, o Sr. Presidente propôs que após a elaboração desta acta dela se fizesse uma síntese com vista à organização de um dossier com todos os elementos recolhidos, com a finalidade de se pedir uma audiência ao Sr. Ministro da Cultura.

Posta a referida proposta à consideração do plenário, foi a mesma aprovada por u-



nanimidade.

PONTO ÚNICO – BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA

O Sr. Presidente solicitou ao grupo de trabalho supracitado que prestasse informações sobre as tarefas que desenvolveu.

O Sr. Bernardino Grilo leu um documento produzido pelo mencionado grupo, donde ressalta as seguintes deficiências encontradas no funcionamento da Biblioteca:

- Falta de pessoal e de condições de trabalho;
- Confirmação do atraso de catalogação do Depósito Legal (+/- 5 anos);
- Ficheiros de obras desactualizados;
- Espaço de leitura bastante limitado e sem condições para o público.

O Sr. Presidente questionou aos eleitos do Partido Socialista se alguém pretendia fazer alguma palestra.

A Sra. D. Margarida Projecto leu um texto, o qual se apensa a esta acta, dela fazendo parte integrante.

O Sr. Presidente inquiriu à CDU se desejava fazer alguma intervenção sobre o tema.

A Sra. D. Carmen Balesteros leu um documento que também se anexa a esta acta, com com ela fazendo conjunto.

Posto isto, o Sr. Presidente colocou à discussão o assunto em causa, tanto aos membros da A. M. como ao público presente.

O munícipe Marcial Rodrigues transmitiu que tinha ficado com a ideia que o documento subscrito pelos eleitos do PS dava a entender que o Governo estava já a agir para solucionar o problema da Biblioteca, quando tal não acontece, estando sim a manter aquela sob a tutela do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, sendo o objectivo deste que a BPÉ se torne numa biblioteca apenas de investigação e que perca a valência de leitura pública, passando a designar-se Biblioteca Frei Manuel do Cenáculo.



Mais à frente fez alusão ao facto da Câmara Municipal ter-se candidatado, em devido tempo, através do programa "Bibliópolis", a criar uma biblioteca municipal, coisa que estava a entrar a situação, porque o Ministério da Cultura não podia ir contra a vontade da autarquia, tendo esta, em boa hora, anunciado que desistia do processo de modo a que a BPÉ pudesse manter o regulamento de biblioteca pública, tendo acabado por perguntar à Vereação se na realidade a Câmara tinha desistido da candidatura.

O Sr. Diamantino Dias estranhou a ausência dos representantes da comunicação social nesta reunião, bem como de alguns destacados dirigentes do Partido Socialista.

Depois, louvou a obra levada a cabo pelo Grupo Pró-Évora que realizou um trabalho interessantíssimo em defesa da Biblioteca Pública de Évora.

A seguir manifestou não ter percebido se a intervenção inicial da eleita do PS tinha feito referência a umas palavras proferidas pelo Sr. Ministro da Cultura, aquando de uma deslocação ao Alentejo, que o problema da BPÉ estava resolvido, tendo inclusive prometido efectuar uma reunião em Évora com essa finalidade, desconhecendo se tal sucedeu ou não, pelo que gostava de ser esclarecido.

Por fim declarou que seria muito mau que a BPÉ fosse considerada um apêndice do Arquivo Distrital.

O Sr. Carlos Cunha, retorquindo ao depoimento do Sr. Diamantino, argumentou que as faltas dos eleitos do PS estavam devidamente justificadas e que a da pessoa que o Sr. Diamantino dera a entender (Sr. Zorrinho ?) se devia a compromissos anteriormente assumidos.

Posteriormente sublinhou que o tema em análise era bastante sério, que a todos preocupa e envolve, nada propício a clivagens políticas, estando apenas interessado em ser esclarecido sobre a real situação da Biblioteca, tendo perguntado qual é a posição do Grupo Pró-Évora sobre a mesma.

O cidadão Celestino Froes David, Presidente do Grupo Pró-Évora, respondeu que a posição desta Associação não é recente, dado que começou a interessar-se pelo problema a partir da altura em que o ex-Secretário de Estado da Cultura, Pedro Santa Lopes, tentou integrar a BPÉ na Universidade, cujo projecto foi abandonado.

Mais tarde, face à intenção do actual Governo lhe conceder um novo estatuto "des-promovendo-a" para biblioteca municipal, o Grupo opôs-se a tal ideia, tendo vindo a lutar para que ela continue com a denominação de Biblioteca Pública e para que melhore o seu funcionamento.



O Sr. Presidente expressou que o historial que o Sr. Celestino David acabara de fazer era bastante significativo, o qual poderia constituir uma peça importante no dossier que a A. M. pretende organizar, pelo que lhe inquiriu se poderia facultar documentação sobre as etapas do desenvolvimento do processo.

O Sr. Celestino David prontificou-se para o efeito e deu a conhecer que o Grupo Pró-Evora já emitira um comunicado sobre o assunto, fazendo questão de distribuir cópias do mesmo pelos presentes.

O Sr. Diamantino Dias, contrapondo à exposição do Sr. Carlos Cunha, afirmou que a sua anterior intervenção nada tinha a ver com clivagens ideológicas, tendo-se apenas limitado a fazer duas constatações e três perguntas.

O munícipe Constantino Caramelo, antigo funcionário da Biblioteca, opinou que se deveria arranjar uma das várias casas senhoriais que proliferam pela cidade, algumas absorvidas pela Universidade, para comportar aquela Instituição e clarificou que os livros do Depósito Legal estão encaixotados há 10 anos e não há 5, conforme citara o Sr. Bernardino Grilo, para além de ter destacado que os seus utentes, principalmente os estudantes, estão a pagar as fotocópias a 40\$00/cada, cujo preço foi estipulado pelo Governo, considerando-o uma exorbitância.

O Sr. Carlos Cunha, respondendo ainda ao Sr. Diamantino Dias, fez notar que afirmara que se noutros assuntos poderiam haver clivagens políticas, aqui não as haveria certamente.

Depois, frisou que seria importante saber-se qual era o ponto da situação da candidatura da edilidade ao programa "Bibliópolis" e se havia algum desenvolvimento acerca da questão do Arquivo Distrital.

O Sr. José Russo realçou que a responsabilidade da resolução da situação da Biblioteca é, por enquanto, do Ministério da Cultura, independentemente de a CDU pensar que o Município deve intervir, em colaboração com aquele organismo, na solução do mesmo.

Para concluir citou que seria importante a Vereação fornecer alguma informação em relação ao processo de diálogo que manteve com o Ministério da Cultura, para a A. M. ficar com um conhecimento mais profundo sobre a matéria.

O Sr. Marcial Rodrigues, voltando a usar da palavra, acrescentou que, por vezes, confunde-se a Biblioteca como Instituição com a Biblioteca como espaço, julgando o próprio M.C. que o real problema residia na falta de espaço, não sendo esta ques



tão a preocupação do Grupo Pró-Évora.

Mais à frente fez saber que em 3.02.98 foi publicado um manifesto pela B.P.É., subscrito por mais de sete dezenas de cidadãos de Évora, de vários quadrantes políticos, o qual constituiu uma peça significativa de chamada de atenção ao Sr. Ministro da Cultura sobre o que se está a passar na referida Instituição.

Para terminar fez alusão ao Decreto-Lei nº 60/97, publicado no mês de Março, o qual especifica a dado passo que: "as condições especiais em que se encontra a Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, aconselham à sua separação em dois serviços distintos, A Biblioteca Pública de Évora e o Arquivo Distrital de Évora, ficando a Biblioteca sob a dependência do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, transitóriamente, até à sua passagem para a dependência do organismo que tutela as bibliotecas". Só que esta situação vai-se arrastando sem que se vislumbre a sua resolução, citou.

O Sr. Presidente da CME noticiou que a edilidade, em Fevereiro último, teve uma reunião com o Sr. Ministro da Cultura na qual foi transmitida a ideia de que a B. P.É. não deveria ser repartida, por daí resultar custos bastante elevados de funcionamento, nem deveria deixar de continuar na dependência do M.C., sendo o problema mais agudo o facto de o seu edifício já não suportar o espólio que dispõe, havendo necessidade de se construir um imóvel de raiz.

Por outro lado, elucidou que a candidatura da Câmara ao programa "Bibliópolis" só teve lugar porque o M.C. pressionou o município nesse sentido de modo a fazer cumprir a Lei.

Na supracitada reunião o Sr. Ministro Manuel M. Carrilho tomou a posição de não desintegrar a Biblioteca e que esta não iria deixar de estar sob a tutela do M.C., mas, para se cumprir a Lei, a Câmara ficava obrigada a assumir a sua quota parte no processo.

Perante este quadro, o Sr. Ministro dispôs-se a negociar com a autarquia, estando-se a aguardar a marcação de uma reunião para o efeito, coisa que ainda não aconteceu até ao momento.

O Sr. Manuel Branco, acessor da CME para a área da Cultura, reforçando as palavras do Sr. Presidente da Câmara, fez menção de esclarecer as diferenças entre uma candidatura "Bibliópolis" e uma candidatura a uma biblioteca municipal do tipo 3 (para concelhos com mais de 50.000 habitantes). Assim, revelou que a Câmara local optou por concorrer ao programa "Bibliópolis" porque isso teve a ver com a existência duma Biblioteca Pública na cidade, em articulação com a qual se tinha que resolver a referida candidatura "Bibliópolis".



Seguidamente relatou alguns pormenores de uma reunião que teve com responsáveis do Instituto da Biblioteca e do Livro, destacando que quem tutela no momento a B.P.É. é o Instituto Português dos Arquivos.

O Sr. Presidente da CME adiantou ainda que foi dito ao Sr. Ministro da Cultura que o edifício da Biblioteca já não tem capacidade para o seu funcionamento, tendo-lhe igualmente sido transmitidas as preocupações do Sr. Director do Museu no que toca à exiguidade do espaço que o Museu dispõe, podendo este ser alargado através da actual sede da B.P.É., o que daria azo à construção de um edifício para esta.

O Sr. José Simão afirmou que estavam criados patamares de união muito fortes e que havia necessidade de se fazer um grande esforço para se elaborar uma síntese sobre todas as questões, tendo colocado à consideração do plenário se não seria proveitoso avançar-se com uma proposta da cidade, consubstantiada a partir da A. M., elaborada com calendários e objectivos, concensualizada, equacionada, discutida e aceite pelas forças vivas locais, cuja acção conferiria mais força aos desígnios que se pretendem alcançar.

O Sr. Presidente da CME, respondendo à questão posta pelo Sr. Carlos Cunha relativamente ao assunto do Arquivo Distrital, explicou que após a reunião feita com o Sr. Ministro da Cultura e os responsáveis do Instituto dos Arquivos Nacionais, a edilidade encontrou 3 localizações para o supracitado organismo, tendo já sido disponibilizados todos os elementos para as negociações poderem ser encetadas com os proprietários dos respectivos terrenos.

O Sr. Presidente, reagindo à sugestão do Sr. José Simão, asseverou que esta não era a circunstância mais adequada e mais propícia para a organização e para a definição dos contornos do percurso que importava descrever, podendo-se sim complementar a síntese a extrair desta acta com diligências acrescidas junto das várias estruturas e uma melhor consulta ao Grupo Pró-Évora e outros mais, donde resultaria um texto definitivo que serviria de base à audiência que se há-de pedir ao Sr. Ministro da Cultura.

O Sr. Luís Bettencourt fez questão de transmitir a imagem com que ficou da visita que os membros da Assembleia fizeram ao Arquivo Distrital e à Biblioteca Pública, dizendo que ficou com a sensação que o primeiro é o filho e a segunda o enteado, parecendo-lhe que a Biblioteca é mais um depósito de livros, de pessoas e de coisas demasiado boas para estarem na situação em que se encontram, e que de facto a



única saída para o problema é a construção de um edifício de raiz.

De imediato, fez referência a um artigo publicado num jornal pelo Sr. João Ruas, com a profissão de bibliotecário, no qual distingue a função das duas Instituições, especificando que à Biblioteca pertence documentos impressos e ao Arquivo pertence obras manuscritas, só que algumas destas estão estão à guarda da Biblioteca sem que se saiba bem porquê.

O Sr. Celestino David, escalpelizando aspectos das intervenções do Sr. Presidente da C.M.É., comentou, a propósito da reunião que ocorreu entre a Vereação e o M. C., que seria conveniente, em futuras reuniões, debater a necessidade de se criar legislação a respeito da autonomia da Biblioteca e a questão da Direcção, tendo acentuado que aquela Instituição só poderá estar verdadeiramente defendida quando tiver um bibliotecário que zeze pelo espólio e que se comprometa a não deixar que ela seja minorizada como está a ser hoje em dia face ao Arquivo Distrital.

Por outro lado, discordou em absoluto que o actual imóvel da B.P. passe a pertencer na íntegra ao Museu, dado que não faria sentido que a sede, a sala de leitura e o compartimento do fundo antigo deixassem de ser uns dos polos da mesma. Para finalizar, chamou à atenção do plenário para o facto de os serviços de conservação e de encadernação de livros que existiam na Biblioteca, que são fundamentais para o seu funcionamento, terem sido transferidos para o Arquivo, considerando inadmissível esta situação.

O Sr. Marcial Rodrigues, intervindo novamente, advogou que a solução para o problema da Biblioteca deve passar, sobretudo, pelo diálogo ou pela negociação política entre o M.C. e a Câmara, porque as ambições que existem em relação à dita só ganham enquanto persistir qualquer ambiguidade respeitante a uma hipotética ou a uma eventual participação da edilidade em determinada percentagem, sendo importante que o Ministério perceba que a responsabilidade é sua, na medida em que deixou as coisas chegar ao ponto em que se encontram, bem como a anterior Secretaria de Estado.

Logo após, reiterou as palavras do orador antecedente no aspecto de ser urgente nomear uma Direcção para a B.P.É. e, por isso, é preciso tirá-la da tutela do Instituto dos Arquivos Nacionais.

A Sra. D. Carmen Balesteros reiterou a sua dissertação inicial no que concerne à necessidade de se tomarem decisões práticas rapidamente, que a não acontecerem inviabilizarão o normal funcionamento da Biblioteca, penalizando, deste modo, investigadores, estudantes e o público em geral.



Segundo o parecer da CDU, é urgente designar um(a) Director(a) para aquela Instituição e a passagem da mesma para a responsabilidade do I.B.L., para além de ser preciso remodelar o quadro de pessoal, na medida em que este se encontra preenchido apenas em cerca de 1/3 da sua capacidade.

Posteriormente salientou que a Biblioteca tem perdido serviços, nomeadamente o de recuperação e tratamento de livros, o que é de todo incompreensível, sem deixar de vincar que é, também, urgente informatizar os referidos serviços, uma vez que os actuais ficheiros existem, pelo menos, há 40 anos, e que os materiais e os documentos que têm sido deslocados para o Arquivo Distrital devem regressar à origem.

Quanto à posição assumida pelo Sr. Celestino David, respeitante à sua oposição à saída da Livraria Frei Manuel do Cenáculo do 1º andar, opinou que havia uma alternativa aceitável para o caso, que seria projectar-se um espaço arquitectónico na propalada nova sede para a Biblioteca, onde a supracitada sala fosse musealizada, ou seja, efectuar-se a transferência do actual edifício para o novo, onde seria constituido um núcleo museológico, à qual se conferiria igualmente o nome de Frei Manuel do Cenáculo.

O Sr. José Russo observou que face aos discursos registados no decorrer da sessão se poderia presumir que a sensibilização em torno da grave situação da Biblioteca era consensual, sem contudo deixar de fazer sentir aos eleitos do PS, como representantes da força que está no poder, que deveriam pressionar o Governo no sentido de o problema ser resolvido o mais célere possível.

O Sr. Celestino David revelou a total disponibilidade do Grupo Pró-Évora em colaborar com o grupo de trabalho em tudo o que for necessário.

O Sr. Presidente, confirmando a inexistência de mais inscrições para debate, deu a reunião por terminada pelas vinte e três horas e cinquenta e cinco minutos, da qual e para constar se lavrou esta acta que os membros da Mesa subscrevem e assinam.

(Acta aprovada por unanimidade, na sessão de 18 de Dezembro de 1998)

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

José Bizarro

O 1º SECRETÁRIO

Diamantino Dias

O 2º SECRETÁRIO

António Serrenho